



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI Nº 090/91.

Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente e dá outras providências.

EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos direitos da criança e do adolescente e das normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Chapadão do Sul, será feito através das políticas sociais básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art. 3º - Aos que dela necessitarem será prestada a Assistência Social, em caráter supletivo.

§ Único - É vedada a criação de Programa do caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no município, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - Fica criado no Município o Serviço Especial de pre



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

venção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligências, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

Art. 5º - Ficam criados pela Municipalidade o Serviço de Identificação e Localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 6º - O Município proporcionará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 7º - Caberá ao Poder Legislativo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e o funcionamento dos serviços criados nos termos dos artigos 4º e 5º, bem como para a criação do serviço a que se refere o artigo 6º.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

Art. 8º - A Política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SEÇÃO I

DA CRIANÇA E NATUREZA DO CONSELHO

Art. 9º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 10 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;
- II - Zelar pela execução dessa política, atendida as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança, e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizam;
- III - Formular as prioridades a serem incluídas no Planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes.
- IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;
- V - Registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenha programas de:
 - a. - orientação e apoio sócio-familiar;
 - b. - apoio sócio-educativo em meio aberto;
 - c. - colocação sócio-familiar;
 - d. - abrigo;
 - e. - liberdade assistida;



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

f. - semiliberdade;

g. - internação;

Fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069).

VI - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operam no Município, fazendo as normas constantes do mesmo Estatuto;

VII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelares do Município;

VIII - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei.

SEÇÃO III

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 11 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 07 (sete) membros, sendo:

I - 03 (três) membros representando o Município, indicados pelos seguintes órgãos: Poder Executivo, Legislativo (escolhido pelo Plenário) e Judiciário;

II - 04 (quatro) membros indicados pelas seguintes organizações representativas da participação popular ou associação comercial:

a. - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

b. - Sindicato dos Trabalhadores da Educação;

c. - Sindicato dos Produtores Rurais;

d. - Conselho Municipal de Saúde.

Art. 12 - A Função de membro do Conselho é considerado de interesse público relevante e não será remunerada.



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO


Art. 13 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captados e aplicados e recursos a serem utilizados segundo as deliberações dos Direitos, ao qual é órgão vinculado.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 14 - Compete ao Fundo Municipal:

- I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;
- II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênio ou por doações ao Fundo;
- III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas efeito no Município nos termos das resoluções do Conselho dos Direitos;
- IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho dos Direitos;
- V - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho dos Direitos;

Art. 15 - O Fundo será regulamentado por resolução expedida pelo Conselho de Direitos. 

CAPÍTULO IV



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DOS CONSELHOS TUTELARES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DOS CONSELHOS

Art. 16 - Ficam criados (1) Conselho tutelares dos direitos da criança e do adolescente, Órgãos permanentes e autônomos, a serem instalados cronológica, funcional e geográficamente nos termos da Resolução a serem expedidos pelo Conselho dos Direitos.

SEÇÃO II

DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 17 - Cada Conselho Tutelar será composto de cinco membros com mandato de um ano, permitida uma reeleição.

Art. 18 - Para cada Conselho haverá dois suplentes.

Art. 19 - Compete aos Conselhos Tutelares zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

SEÇÃO III

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 20 - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar;

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a 21 anos;
- III - residir no Município;
- IV - Ter o 2º Grau Completo;
- V - Reconhecida experiência de, no mínimo dois anos, no trato com crianças e adolescentes.

Art. 21 - Os Conselhos serão eleitos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município, em eleição regulamentados pg

4



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

lo Conselho dos Direitos e coordenadas pelo Comitê -
sões especialmente designada pelo mesmo Conselho.

§ Único - Caberá ao Conselho dos Direitos prever a composição
de chapas, sua forma de registrar, formar o prazo pa
ra impugnação dos eleitos e posse dos Conselheiros .

Art. 22 - O Processo eleitoral de escolha dos membros dos Con
selhos Tutelares será presidido por Juiz Eleitoral e
fiscalizado por membro do Ministério Público.

SEÇÃO IV

DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 23 - O exercício eletivo da função de Conselheiro consti
tuirá serviço relevante, estabelecerá presunção de
idoneidade moral e assegurará prisão especial de cri
me comum até julgamento definitivo.

SEÇÃO V

DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS

Art. 24 - Perderá o mandato o Conselheiro que for condenado
por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou
contravenção.

§ Único - Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Consa
lho de Direitos declarará vago o posto de Conselhei
ro, dando posse imediata suplente.

Art. 25 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e
mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou
nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e so
brinho, padrasto ou madrastra e enteado.

§ Único - Entende-se o impedimento dos Conselheiros, na forma
deste artigo, em relação à autoridade Judiciária e



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ao representante do Ministério Público na Justiça da infância e da juventude, em exercício na comarca fora regional ou distrital local.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 - No prazo máximo de 15 (quinze) dias da publicação desta Lei, por convocação do Chefe do Poder Executivo Municipal, os órgãos e organizações a que se refere o artigo 11, se reunirão para elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocasião em que elegerão seu primeiro Presidente.

Art. 27 - Fica o Poder Executivo, com prévia autorização do Legislativo abrir crédito suplementar.

Art. 28 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, Gabinete do Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Dezembro de 1991.

CHAPADÃO DO SUL MS


Edwain R. Schultz
Prefeito Municipal